

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS

Metodologia

Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os problemas mundiais, estabeleceu os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)**, conhecidos também como os “oito jeitos de mudar o mundo”. A Declaração do Milênio reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo de 191 países e determina o compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta. Os **ODMs** perfazem um conjunto de oito objetivos, divididos em 18 metas e em 48 indicadores a serem atingidos, pelos países signatários, até o ano de 2015, através de ações dos governos e da sociedade.

A partir da compatibilização desses indicadores com a base de dados disponível à escala dos 496 municípios gaúchos, chegou-se à escolha de sete objetivos¹, nove metas² e 18 indicadores, mostrados no Quadro 1.

¹ O oitavo ODM, que visa estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, tem como uma de suas metas, em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações. O indicador dessa meta e esse objetivo foram excluídos porque ela possui apenas um indicador passível de ser considerado no plano municipal: linhas telefônicas e assinaturas de celulares por 100 habitantes (mas os dados disponíveis não oferecem uma abertura separando as ligações residenciais das comerciais). O segundo ODM, que visa atingir o ensino básico universal, refere-se, neste trabalho, somente ao ensino fundamental; o sexto ODM, originalmente visa combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, mas, dada a dificuldade de quantificação da malária por sua baixa incidência no RS, neste trabalho ela fica excluída da análise aparecendo com destaque a tuberculose.

² Em relação à tuberculose, o compromisso foi ajustado ao Plano Mundial para Deter a Tuberculose da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece a meta de reduzir pela metade o número de casos e de mortes entre 1990 e 2015.

Quadro 1

Objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento do milênio – 1990-15

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Erradicar a extrema pobreza e a fome.	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia.	Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo.
	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100 nascidos vivos).
Atingir o ensino fundamental universal.	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental.	Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.
		Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.	Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.
		Razão entre mulheres e homens no ensino médio.
		Razão entre mulheres e homens no ensino superior.
		Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
		Proporção de mulheres no total de assalariados.
		Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores.
Reduzir a mortalidade infantil.	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.	Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000 nascidos vivos).
		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos).

(continua)

Quadro 1

Objetivos metas e indicadores de desenvolvimento do milênio – 1990-15

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Melhorar a saúde materna.	Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos).
Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças.	Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000 pessoas).
		Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000 pessoas).
	Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000 pessoas).
Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.
		Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

Para o diagnóstico desses objetivos e dessas metas, foram criados critérios de avaliação – **categorizações** – para cada um dos 18 indicadores selecionados, levando-se em consideração o comportamento do indicador atingido até o último ano estatístico disponível para a base municipal. São eles:

- **Alcançado** - considera-se que, nesse indicador já se alcançou a meta. O fato de se afirmar que a meta estipulada já foi atingida não significa que ela venha a se manter assim até 2015;
- **A caminho** - considera-se que, nesse indicador, se alcançará a meta até 2015, se mantiver o ritmo de melhora em curso;
- **A caminho/Avanço lento** - em alguns municípios, não foi possível identificar a categorização. Nesse indicador, há melhoras, mas não é identificado o ritmo de mudança;
- **Avanço lento** - há melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até 2015;
- **Nenhuma mudança ou mudança negativa** - nessa categoria, o indicador ou não apresenta nenhuma mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

O método adotado para calcular e categorizar o município quanto a cada indicador é o seguinte:

I_0 = indicador no ano inicial;

A_0 = ano inicial;

I_F = indicador no ano final;

A_F = ano final;

I_M = meta do milênio;

A_M = ano da meta (em todos os indicadores, o ano é 2015).

A Taxa Realizada (TR), que é a taxa percentual anual média de variação do indicador, é calculada da seguinte forma:

$$TR = \left(\sqrt[A_F - A_0]{\frac{I_F}{I_0}} - 1 \right) \cdot 100$$

A Taxa Necessária (TN), que é a taxa percentual anual média necessária para atingir a meta, é calculada praticamente da mesma forma, como mostrado a seguir.

$$TN = \left(\sqrt[A_M - A_0]{\frac{I_M}{I_0}} - 1 \right) \cdot 100$$

Finalmente, é feita a categorização de acordo com a relação entre as duas taxas, calculando-se, assim, a Razão de Evolução (RE) do município em relação ao indicador:

$$RE = TR/TN$$

Segundo essa categorização:

- **Mudança negativa** - RE menor que 0 (TR menor que 0; indicador no ano final pior que o do ano inicial);
- **Nenhuma mudança** - RE igual a 0 (TR igual a 0; indicador no ano final igual ao do ano inicial);
- **Avanço lento** - RE maior que 0 e inferior a 1 (TR menor que TN);
- **A caminho** - RE maior ou igual a 1 (TR maior que TN);
- **A caminho/Avanço lento** - em alguns municípios, não foi possível identificar a categorização. Notam-se melhoras no indicador, mas não é identificado o ritmo de mudança;
- **Alcançado** - RE maior ou igual a 1 (indicador atesta obtenção da meta).

No indicador razão entre mulheres e homens no ensino superior, não foi possível, por insuficiência da base estatística, categorizar 16 municípios: Arroio do Sal, Erebangó, Guabiju, Itacurubi, Itapuca, Lagoão, Lajeado do Bugre, Mostardas, Passa Sete, Santa Maria do Herval, São José do Herval, Tavares, Trindade do Sul, Turuçu, Vista Alegre do Prata e Vista Gaúcha.

Esses cálculos foram realizados, utilizando-se o primeiro e o último ano, com informações disponíveis para cada indicador (não necessariamente os mesmos anos inicial e final para todos os indicadores).

Municípios que não existiam no ano inicial, mas que tinham dados no ano final, tiveram seus dados obtidos da seguinte maneira: no caso daqueles que foram criados a partir de um município, os indicadores utilizados foram considerados iguais aos do município de origem; para aqueles que foram criados a partir de dois ou mais municípios, esses dados foram obtidos a partir de uma média aritmética simples dos mesmos indicadores nos municípios de origem. Já no caso de municípios que não existiam no ano inicial e que não possuíam dados no ano final, nenhum método de entrada de dados foi utilizado.

Os indicadores a seguir relacionados tiveram seus dados do ano inicial reconstruídos, com vistas a se resolver a falta de compatibilidade em relação à base municipal nos anos de 1991 e 2000: proporção da população com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e percentual de não-escolarizados no ensino fundamental (sete a 14 anos). As informações foram recalculadas a partir dos microdados dos censos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e constam no **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003).

Foram escolhidos os indicadores apresentados nos itens a seguir.

a) Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares *per capita* inferiores a meio salário mínimo³

O indicador foi escolhido no universo de indivíduos que é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes, com fins de mensurar a meta de reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 dólar PPC⁴/dia. Recorreu-se, para avaliação da situação, às informações dos anos censitários de 1991 e 2000. Para resolver a questão da falta de compatibilidade em relação à base municipal diferenciada, o **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003) apresenta as informações

³ O indicador proporção da população que ganha menos de US\$1,00 PPC/dia foi substituído pelo correspondente que é baseado em linha de pobreza nacional (PNUD).

⁴ O dólar PPC mede quanto uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais, normalmente, já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro.

recalculadas pelos microdados, para equiparar as informações sobre a base municipal nesses anos.

A equação geral para o município i no ano j é a seguinte:

$$PI(1/2SM)_{ij} = (I(1/2SM)_{ij} \times 100) / TI(TSM)_{ij}$$

Onde:

$PI(1/2SM)_{ij}$ = proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000;

$I(1/2SM)_{ij}$ = número de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo no município i , no ano j ;

$TI(TSM)_{ij}$ = total dos indivíduos com renda no município i , no ano j .

As fontes dos dados são: IBGE: Censo Demográfico, (1991; 2000) e **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

b) Percentual de crianças com baixo peso ao nascer⁵

O indicador foi obtido da seguinte maneira:

$$PCBP_{ij} = NV(2,5\text{ kg})_{ij} 100 / NV_{ij}$$

Onde:

$PCBP_{ij}$ = percentual de crianças com baixo peso ao nascer no município i , no ano j ;

$NV(2,5\text{ kg})_{ij}$ = número de crianças com peso ao nascer inferior a 2,5kg no município i , no ano j ;

NV_{ij} = número de nascidos vivos no município i , no ano j .

As fontes dos dados são: **Estatísticas de Saúde: mortalidade 1992**. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; **Estatísticas de Saúde: mortalidade 1995**. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Saúde, 2000 e 2005. Disponível em: www.saude.rs.gov.br.

⁵ O indicador prevalência de crianças (com menos de cinco anos) abaixo do peso foi substituído, por não existir fonte com base municipal correspondente.

c) Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos⁶

Corresponde à relação entre o total de crianças que não está freqüentando o curso fundamental na faixa etária de sete a 14 anos de idade e a população dessa faixa etária.

A partir dos ODMs, a meta da educação voltada para crianças e adolescentes nessa faixa etária visa ao término de um ciclo completo de ensino básico. A legislação brasileira considera ensino básico a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Para efeitos desse indicador, foi considerado apenas o ensino fundamental, excluindo-se a educação infantil e o ensino médio.

Para resolver a questão da falta de compatibilidade em relação à base municipal diferenciada, o **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003) apresenta as informações recalculadas pelos microdados, para equiparar as informações sobre a base municipal em 1991 e 2000.

A equação geral para o município i , no ano j , é a seguinte:

$$PNES_{ij} = (NES_{(7-14)ij} / P_{ij} - 1)$$

Onde:

$PNES_{ij}$ = percentual de não-escolarizados no ensino fundamental na faixa etária de sete a 14 anos;

$NES_{(7-14)ij}$ = número de não-escolarizados na faixa etária de sete a 14 anos, no município i , no ano j ;

j = 1991 e 2000;

$P_{ij} - 1$ = população na faixa etária i , no ano j menos 1.

A fonte é: **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

d) Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos

Corresponde à relação entre o total de pessoas que não está freqüentando o curso fundamental na faixa etária de 15 a 24 anos de idade e a população dessa faixa etária.

A equação é a seguinte:

$$NALF_{i,j} / P_{i,j} - 1$$

Onde:

i = 15 a 24 anos;

⁶ O indicador taxa líquida de matrícula no ensino primário foi substituído por percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.

$j = 1991$ e 2000 ;

$NALF_{ij}$ = total de crianças que não está freqüentando o curso fundamental ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo do ensino fundamental;

P_{ij-1} = população na faixa etária i , no ano j menos 1.

A fonte é: IBGE-SIDRA (1991; 2000). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=204>. Acesso em: 4 mar. 2006.

e) Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental⁷

A razão entre mulheres e homens no ensino fundamental é igual ao número de mulheres que freqüenta o ensino fundamental regular dividido pelo número de homens que freqüenta esse nível de ensino, independentemente da idade de cada um deles.

Recorreu-se, para a avaliação da situação, às informações dos anos censitários de 1991 e 2000.

A equação é a seguinte:

$$RMHF = MF_{ij}/Hf_{ij}$$

Onde:

i = todas as faixas etárias

$j = 1991$ e 2000

MF_{ij} = número de mulheres que freqüenta o ensino fundamental, independentemente da idade i nos anos j ;

Hf_{ij} = número de homens que freqüenta o ensino fundamental, independentemente da idade i no ano j .

As fontes são: IBGE, **Censo Demográfico 1991**: microdados da amostra Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 (CD-ROM); IBGE/ SIDRA (2000). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1973>. Acesso em: 4 mar. 2006

f) Razão entre mulheres e homens no ensino médio

A razão entre mulheres e homens no ensino médio é igual ao número de mulheres que freqüenta o ensino médio regular (em todas as faixas etárias) dividido pelo número de homens nesse nível de ensino, independentemente de faixa etária.

A equação é a seguinte:

$$RMHM = MM_{ij}/Hm_{ij}$$

Onde:

⁷ O indicador razão entre meninas e meninos no ensino básico foi substituído por razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.

i = todas as faixas etárias;

j = 1991 e 2000;

MM_{ij} = número de mulheres que freqüenta o ensino médio, independentemente da idade i no ano j ;

HM_{ij} : número de homens que freqüenta o ensino médio, independentemente da idade i no ano j .

As fontes são: IBGE, **Censo Demográfico 1991**: microdados da amostra Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 (CD-ROM); IBGE/ SIDRA (2000). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1973>. Acesso em: 4 mar. 2006

g) Razão entre mulheres e homens no ensino superior

A razão entre mulheres e homens no ensino superior é igual ao número de mulheres que freqüenta o ensino superior (em todas as faixas etárias) dividido pelo número de homens nesse nível de ensino, independentemente de faixa etária.

A equação é a seguinte:

$$RMHS = MS_{ij}/HS_{ij}$$

Onde:

i = todas as faixas etárias;

j = 1991 e 2000;

MS_{ij} = número de mulheres que freqüenta o ensino superior, independentemente da idade i no ano j ;

HM_{ij} = número de homens que freqüenta o ensino superior, independentemente da idade i no ano j .

As fontes são: IBGE, **Censo Demográfico 1991**: microdados da amostra Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 (CD-ROM); IBGE/ SIDRA (2000). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1973>. Acesso em: 4 mar. 2006

h) Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos

A razão corresponde ao número de mulheres alfabetizadas na faixa etária de 15 a 24 anos dividido pelo número de homens alfabetizados nessa mesma faixa etária. Consideram-se alfabetizados, segundo o IBGE, as pessoas que sabem ler e escrever um bilhete simples.

Recorreu-se, para a avaliação da situação, às informações dos anos censitários de 1991 e 2000.

A equação é a seguinte:

$$RMH_{Ai} = MA_{ij}/H_{aj}$$

Onde:

MA_{ij} = número de mulheres alfabetizadas na faixa etária i , no ano j ;

$HALF_{ij}$ = número de homens alfabetizados na faixa etária i , no ano j ;

i = 15 a 24 anos;

j = 1991 e 2000.

As fontes são: IBGE, **Censo Demográfico 1991**: microdados da amostra Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996 (CD-ROM); IBGE/SIDRA (2000). Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1553>. Acesso em: 4 mar. 2006

i) Proporção de mulheres no total de assalariados⁸

Esse indicador é obtido da relação percentual entre o número de mulheres assalariadas e o total de assalariados. Face às emancipações municipais, para resolver a questão da falta de compatibilidade em relação à base municipal diferenciada dos anos em estudo, recorreu-se à reconstrução de dados com base na população perdida e na proporção de mulheres no total de assalariados dos municípios-mãe.

Para a avaliação da situação, as informações foram coletadas com base no preenchimento das declarações, de 1995⁹ e 2004, da **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos municípios do Rio Grande do Sul.

A RAIS tem periodicidade anual e é obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive para aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios.

Uma das principais variáveis investigadas pela RAIS é a situação do emprego em 31 de dezembro, segundo o gênero, a faixa etária, a escolaridade, a nacionalidade, o tempo de serviço e os rendimentos desagregados em níveis ocupacional, geográfico e setorial.

Finalmente, para avaliar as limitações específicas da meta desse indicador em relação às condições da força de trabalho, foi introduzido um levantamento sobre os níveis de escolaridade e salarial, requeridos complementarmente para alcançar a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

⁸ O indicador percentagem de mulheres assalariadas no setor não agrícola foi substituído por proporção de mulheres no total de assalariados, devido à participação significativa das mulheres no setor agrícola.

⁹ Esse ano foi escolhido por apresentar uma base municipal mais completa.

A fonte é: **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, (1991; 1995; 2000; 2004).

j) Participação de mulheres eleitas em câmaras de vereadores¹⁰, no RS

Corresponde à relação entre o total de mulheres exercendo o mandato nas câmaras de vereadores e o total de vereadores eleitos.

A equação é a seguinte:

$$PME = TMV/TV$$

Onde:

TMV = total de mulheres exercendo o mandato nas câmaras de vereadores;

TV = total de vereadores eleitos.

A fonte é: Rio Grande do Sul. Tribunal Regional Eleitoral (1992; 1996; 2000, 2004).

l) Taxa de mortalidade em menores de cinco anos (TMM5)

Segundo a definição do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a TMM5 é a relação entre o número de óbitos de menores de cinco anos num determinado ano e o número de nascidos vivos naquele ano.

O método de cálculo é o seguinte:

$$TMM5 = (\text{número de óbitos em menores de cinco anos/ número de nascidos vivos no mesmo ano}) / 1.000$$

As fontes são: **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Saúde, 2000 e 2005. Disponível em: www.saude.rs.gov.br.

m) Taxa de mortalidade infantil.

O coeficiente de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos em determinado local, calculado na base de 1.000 nascidos vivos.

O método de cálculo é o seguinte:

$$TMI = (\text{número de óbitos até 1 ano/ número de nascidos vivos}) 1000$$

¹⁰ Originalmente esse indicador dizia respeito ao parlamento nacional, mas foi adaptado à escala municipal, e, vale dizer, expressa a proporção de mulheres que exercem mandato na câmara municipal.

As fontes são: **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Saúde, 2000 e 2005. Disponível em: www.saude.rs.gov.br.

n) Taxa de mortalidade materna

Número de óbitos femininos por causas maternas, por 100.000 nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Calcula a freqüência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos).

O método de cálculo é o seguinte:

$TMM = (\text{número de óbitos de mulheres residentes, por causas ligadas a gravidez, parto e puerpério} / \text{número de nascidos vivos de mães residentes}) / 100.000$

As fontes são: **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Saúde, 2000 e 2005. Disponível em: www.saude.rs.gov.br.

o) Taxa de incidência de HIV/AIDS entre mulheres com idade entre 15 e 24 anos¹¹

Refere-se ao número de casos de HIV/AIDS, por município, entre mulheres com idade entre 15 e 24 anos, que mostra a incidência acumulada, ou seja, o número total de casos novos em indivíduos que residiam no município na época da notificação, o número de óbitos ocorridos nessa população e o coeficiente de prevalência, levando em consideração a população residente no município, na data da coleta do dado.

O método de cálculo é o seguinte:

$\text{Taxa de AIDS feminina} = (\text{número de casos de AIDS em mulheres 15 a 24 anos} \times 100.000) / \text{população total}$

A fonte é: Datasus (1991; 1995; 2000; 2004). Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>.

p) Taxa de incidência de AIDS por município¹²

¹¹ O indicador taxa de prevalência de HIV/AIDS entre as mulheres grávidas com idades de 15 a 24 anos foi substituído, por não existir fonte com base municipal correspondente.

¹² Esse indicador foi incluído para dimensionar a epidemia da AIDS nos municípios.

Refere-se ao número de casos de AIDS, por município, que mostra a incidência acumulada, ou seja, o número total de casos novos em indivíduos que residiam no município, na época da notificação, o número de óbitos ocorridos nessa população e o coeficiente de prevalência, levando em consideração a população residente no município, na data da coleta do dado.

O método de cálculo é o seguinte:

$$\text{Taxa de AIDS} = (\text{número de casos de Aids} \times 100.000) / \text{população total}$$

A fonte é: Datasus (1991; 1995; 2000; 2004). Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>.

q) Taxa de mortalidade por tuberculose

Refere-se ao número de casos de mortalidade por tuberculose, por município, que mostra a incidência acumulada, ou seja, o número total de casos novos em indivíduos que residiam no município, na época da notificação, o número de óbitos ocorridos nessa população e o coeficiente de prevalência, levando em consideração a população residente no município, na data da coleta do dado.

O método de cálculo é o seguinte:

$$\text{Taxa de MT} = (\text{número de casos de mortalidade por tuberculose} / \text{população do município}) / 100.000$$

As fontes são: **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; **Estatísticas de Saúde**: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Saúde, 2000 e 2005. Disponível em: www.saude.rs.gov.br.

r) Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral

O indicador da proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral de abastecimento no município i , no ano j , reflete a carência da prestação de um serviço público que deve abranger desde a captação de água bruta até o tratamento e a distribuição à população por rede de canalização.

O mesmo deve ser aferido segundo o controle de qualidade determinado pelo Ministério da Saúde, que visa atender aos padrões de água potável estabelecidos, e as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que dispõem sobre a classificação dos corpos de água e as diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e os padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

O referido indicador é obtido dividindo-se o resultado da multiplicação do número de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral de abastecimento por vezes 100 dividido pelo número total de domicílios particulares permanentes.

A equação é a seguinte:

$$PSA_{ij} = NDSA_{ij} \times 100 / NDT_{ij}$$

Onde:

$NDSA_{ij}$ = número de domicílios particulares permanentes sem acesso a uma fonte ligada à rede geral de abastecimento de água;

NDT_{ij} = número de domicílios particulares permanentes totais.

A fonte é: IBGE (1991 e 2000).

s) Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial

O indicador reflete a carência da prestação de um serviço público que deve abranger desde a coleta do esgoto cloacal até o tratamento e a sua devolução para os rios.

Ele deve ser efetuado com o controle de qualidade estabelecido pelo Ministério da Saúde, que visa atender aos padrões da vigilância sanitária, e com base nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que dispõem sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e os padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

O referido indicador é obtido, dividindo-se o resultado da multiplicação do número de domicílios particulares permanentes sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial por vezes 100 dividido pelo número total de domicílios particulares permanentes.

Calculou-se o percentual de novas ligações de água canalizada provenientes de uma rede geral, com a finalidade de atingir a meta até 2015.

A equação é a seguinte:

$$PSE_{ij} = NDSE_{ij} \times 100 / NDT_{ij}$$

Onde:

$NDSE_{ij}$ = número de domicílios particulares permanentes sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

NDT_{ij} = número de domicílios particulares permanentes totais.

A fonte é: IBGE (1991 e 2000).